



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 2017

Aos vinte dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete reuniu, na Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, a Câmara Municipal composta pelos Senhores: Manuel Avelar Cunha Santos, Presidente da Câmara, Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro, Vice-Presidente da Câmara e Vereadores João Manuel Bettencourt Cunha e António Manuel Ramos Reis. Faltou, por motivo justificado, o Vereador António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço que foi substituído, ao abrigo do número 1 do artigo 78º e número 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, por Carlos Alberto Veiga Picanço.

**Período antes da ordem do dia** – O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião agradecendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia por ter recebido o executivo camarário, de seguida foram analisados e discutidos o mapa do registo de ordens de pagamento e o relatório diário dos trabalhos realizados. A Câmara tomou conhecimento da aprovação do projeto de arquitetura apresentado por Oldemiro Justino Cunha da Silva para legalização de um armazém de embalagem de pescado, sito no Caminho de Cima, freguesia da Luz. O Vereador João Cunha informou que estará ausente até ao dia 16 de junho próximo. O Vereador António Reis pediu, se o Senhor Presidente quiser e entender que deve responder, um esclarecimento relativamente à polémica com um parecer que foi dado pelo Presidente da Câmara quando deveria ter sido dado pelo Presidente do Conselho de Ilha. O Presidente da Câmara informou que recebeu por e-mail um pedido de parecer sobre uma proposta do PSD que também já tinha sido debatido na Assembleia de Escola à qual pertence, o referido pedido de parecer deu entrada nos serviços da Câmara Municipal sem que ninguém se tivesse apercebido que não era dirigido à Câmara e que respondeu também sem se ter apercebido que era dirigido ao Presidente do Conselho de Ilha, daí ter elaborado e enviado o seu parecer, disse que o lapso se deveu a uma série de falhas administrativas, inclusivamente suas. Informou que entretanto já enviou o pedido de parecer ao Presidente do Conselho de Ilha e solicitou a prorrogação do prazo para a sua entrega. Disse que a Assembleia Legislativa deveria ter tido o cuidado de enviar o pedido de parecer diretamente para o Conselho de Ilha e quando receberam o parecer do Presidente da Câmara não o deveriam ter tido em conta considerando que não o tinha pedido. Afirmou que a situação está devidamente esclarecida e que não houve usurpação de funções nem violação de correspondência já que o ofício foi enviado para a Câmara Municipal por e-





*Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name 'Cunha' and other illegible scribbles.*

mail. O Vereador João Cunha disse: “de facto os lapsos acontecem, nisso tudo julgo que lhe ficou muito mal, como Presidente da Câmara, foi no comunicado descarregar o mal para os serviços administrativos quando o senhor também comete o mesmo pecado e se apressa a dar um parecer sem verificar que o ofício não lhe era dirigido.” O Presidente da Câmara informou que antes do comunicado sair já havia assumido a responsabilidade perante a Comissão dos Assuntos Sociais. O Vereador João Cunha disse que esta questão faz levantar outra questão que é importante para a Ilha que é a fixação de professores e perguntou qual a posição do Presidente da Câmara em relação a este assunto. O Presidente da Câmara respondeu que não vê necessidade de haver incentivos à fixação de professores considerando que já não há falta de professores. Informou que mais de 90% dos professores a prestar serviço na Ilha são profissionalizados, só não são alguns do ensino artístico. O Vereador João Cunha perguntou como é que o Senhor Presidente explica que no início de cada ano haja 25% de professores contratados o que dá instabilidade a uma escola. O Presidente disse que parte desses professores contratados estão a substituir professores dos quadros que ou estão a assumir outras funções, nomeadamente no Conselho Diretivo da Escola, ou que por outras razões estão impedidos de trabalhar e que não há escola nenhuma que funcione apenas com efetivos, disse ainda que na sua opinião estamos bem em termos de ensino. O Vereador João Cunha disse que se existem 20% de professores com contrato então, na sua opinião, os incentivos à fixação de professores fazem sentido. Referiu ainda que esta medida que o Senhor Presidente não apoia agora, vai contra o que dizia anteriormente relativamente à necessidade de fixar jovens na Ilha e que na sua opinião um corpo docente instável é mau para o ensino e para os alunos, daí achar que esta posição defendida pelo Senhor Presidente no referido parecer não é a mais correta para a Ilha. O Senhor Presidente respondeu que estes incentivos não trazem benefícios para a Ilha, há gente que vem cá só para se efetivar e de seguida voltam para a sua terra. O mesmo Vereador disse que o Senhor Presidente não o convence com esta teoria e que embora alguns dos professores se vão embora quem garante que outros não ficam como já tem acontecido repetidas vezes. Disse ainda: “o Senhor não está a defender os interesses da Graciosa sendo contra os incentivos para se fixarem professores na Ilha.” O Senhor Presidente respondeu que toda a vida vai haver um quadro de contratados e que o número de alunos está a diminuir pelo que há que ser realista, na sua opinião a escola tem que quadro docente com estabilidade e nenhuma escola está a funcionar totalmente com professores do quadro, haverá sempre contratados e que os incentivos à fixação de professores funcionaram quando havia falta de professores o que não acontece neste momento.





## Ordem do dia:

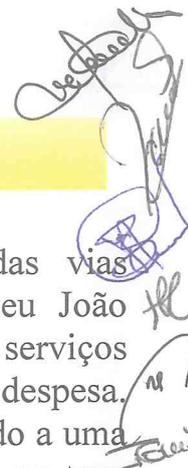
1 – **Atribuição de moradia – Bairro da Boa Vista** – Em face da proposta do Senhor Presidente e do Relatório Social elaborado pelo Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, foi deliberado, por unanimidade, atribuir uma moradia do bairro acima referido a Sandra Maria Bettencourt da Silva.

2 – **Encontro Regional das CPCJ Açores/2017 – Pedido de Apoio** – Em face do respetivo pedido e da proposta do Senhor Presidente foi deliberado, com três votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista e dois votos contra do membros eleitos pelo Partido Social Democrata, assumir as despesas com passagens e alojamento das duas técnicas que participarão no encontro acima referido que se realiza nos dias 9 e 10 de maio próximo na Ilha Terceira. Os Vereador João Cunha disse votarem contra por considerarem que deveria ser o Governo Regional a assumir estas despesas e que a Câmara Municipal deveria gastar dinheiro, por exemplo no seu património que está super esquecido, em vez de assumir despesas com eventos organizados pelo Governo Regional. O Presidente da Câmara lembrou que o Município recebe verbas do Governo Regional destinadas ao funcionamento da CPCJ.

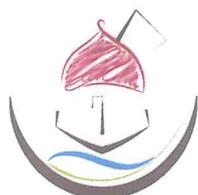
3 – **Dia Mundial da Juventude – Ratificação de Despacho** – Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente que autorizou a despesa com a oferta de um lanche de confraternização aos jovens participantes das comemorações do Dia Mundial da Juventude.

4 – **Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2016** – Foram apresentados ao Órgão Executivo os documentos de prestação de contas relativos ao período que decorreu de um de janeiro a trinta e um de dezembro do ano transato, para efeitos de discussão e votação, a fim de serem apresentados ao respetivo Órgão Deliberativo, e remessa ao Tribunal de Contas. De seguida o Senhor Presidente leu o documento que a seguir se transcreve: “Após o final de mais um ano económico, são aqui apresentados os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do ano de 2016, documentos que sintetizam e descrevem toda a atividade desenvolvida pelo Município de Santa Cruz da Graciosa. As contas da autarquia, continuam a evidenciar uma situação financeira estável e equilibrada, que poderá ser melhor analisada e aferida nos documentos aqui apresentados. À semelhança de anos anteriores, a metodologia utilizada traduz-se na elaboração de quadros, gráficos e rácios, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no período em análise, mas também a sua evolução face a anos anteriores. Durante 2016 mantivemos as nossas atividades essenciais, nomeadamente, distribuição de água,





recolha de resíduos, saneamento, CATL, cinema, iluminação pública das vias municipais, Piscina Municipal, Mercado Municipal, Biblioteca, Casa Museu João Tomás, entre outras não menos importantes, tentando melhorar sempre os serviços prestados. A execução global fixou-se em 84% para a receita e em 70% para a despesa. As receitas correntes arrecadadas em 2016 foram de 3.500.282€, correspondendo a uma execução de 98%. As receitas de capital foram de 391.333€, correspondendo a uma taxa de execução de 35%. A execução orçamental das despesas correntes situou-se nos 2.702.028€, tendo registado uma execução de 95%. A execução das despesas de capital, foi de 766.852€, representando uma taxa de execução de 36%. Três valores importantes a salientar, são as despesas com pessoal no valor de 1.112.886€, encargos com empréstimos num total de 239.442€ e apoios concedidos num montante total de 620.649€, pelo que a soma dos mesmos mostra que sem fundos comunitários não existe margem de execução. À semelhança de outras autarquias, a nossa tem sido fortemente afetada pelas políticas restritivas de acesso aos fundos comunitários. Nem sempre é fácil honrar os compromissos assumidos e simultaneamente garantir o cumprimento de uma panóplia de legislação e obrigações comunitárias, que no passado não existiam. A Associação Nacional de Municípios Portugueses já apresentou propostas no sentido de rever as condicionantes e fazer ajustamentos ao programa comunitário, de forma a relançar o investimento público e favorecer o impacto positivo dos fundos estruturais e de investimento na economia real. A execução das várias Funções que compõem as Grandes Opções do Plano, foi a seguinte: Funções Gerais: 190.902€ Funções Sociais: 838.258€; Funções Económicas: 77.121€ e Outras Funções: 388.149€. Das ações inscritas destacam-se os apoios diversos a coletividades, associações e famílias, transferências para as Juntas de Freguesia, e programas de emprego. Modernização de equipamentos informáticos, disponibilização do Centro de Atividades e Templos Livres para crianças do primeiro ciclo, melhoria de condições de habitabilidade e bairros municipais, início da empreitada da Rede do Reservatório das Grotas II, conservação de redes de água, aquisição de uma viatura MAN de recolha de resíduos, manutenção e requalificação da rede viária municipal. Também é importante salientar que sempre que existam os bens e serviços disponíveis no Concelho, a autarquia negocia com os comerciantes da ilha em vez de aprovisionar stocks importados, como forma de estimular a economia local. Com o desenvolvimento de candidaturas comunitárias, além das Grotas II que já se encontram em execução, serão iniciadas este ano as empreitadas do Parque Empresarial e a Melhoria do Centro Histórico e Zonas Envolventes de Santa Cruz. A cobertura do Pavilhão Municipal também está pronta para avançar. As obras mencionadas são de relevante importância para o concelho. As contas do Município foram auditadas e certificadas pelo auditor externo, nos termos do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e é com grande satisfação que vemos diminuir as recomendações feitas pelo mesmo. As atividades municipais prosseguidas nos termos





## Câmara Municipal

legais permitiram apurar um Resultado Líquido positivo no valor de 620.402€ que será repartido de acordo com o estipulado no relatório de gestão. Uma vez feita esta breve explanação, reitero que, é com grande satisfação e gosto que continuamos a responder às necessidades quotidianas da comunidade, e a assumir o desafio de fazer do Município de Santa Cruz da Graciosa um agente impulsionador da dinâmica económica da Ilha.” Feita a análise pelos membros presentes passou-se à discussão dos referidos documentos. O Vereador João Cunha disse que mais um ano se passou e as obras prometidas pelo Partido Socialista continuam a ser adiadas o que, na sua opinião não é benéfico para a Ilha. Lamenta que se tenham deixado passar oportunidades, gastou-se muito dinheiro e as obras importantes ficaram por fazer. O Presidente da Câmara esclareceu que o atual Quadro Comunitário é muito limitativo, complicado e burocrático com elevadas exigências e que as obras não avançaram porque aguardam aprovação dos projetos e que logo que sejam aprovados os financiamentos serão enviados ao Tribunal de Contas. Disse “ninguém mais do que nós tem vontade que os projetos sejam aprovados e as obras iniciadas”. O Vereador António Reis perguntou porque não são aprovados os projetos de financiamento deste Município. O Senhor Presidente respondeu que não são aprovados pelas razões que acabou de explicar e que o Quadro Comunitário está com 2 anos de atraso. O Vereador António Reis disse que outras Câmara Municipais têm avançado com as suas obras financiadas pelos Fundos Comunitários. O Presidente da Câmara disse que não é possível comparar a capacidade financeira de Câmaras como Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo que conseguem com verbas próprias avançar com as empreitadas, com a capacidade financeira desta Câmara Municipal. O Vereador João Cunha lembrou que nas suas declarações o Senhor Presidente havia referido que as finanças da Câmara eram estáveis. O Senhor Presidente disse que estabilidade financeira e capacidade financeira são dois conceitos diferentes que não podem ser confundidos. O Vereador João Cunha disse que a ação do Presidente tem sido uma ação despesista em que o dinheiro vai desaparecendo sem que nada seja feito, disse ainda que não sua opinião os projetos são mal feitos daí os atrasos na sua aprovação. O Presidente da Câmara disse ser normal tanto o Tribunal de Contas como o Quadro Comunitário solicitarem esclarecimentos relativamente aos projetos. O Vereador João Cunha disse que se perde tempo e o dinheiro gasta-se e os graciosenses é que ficam a perder, nomeadamente os jovens que não têm incentivos para se fixarem na Ilha. O Senhor Presidente disse: “A mais do que ninguém, custa-nos a nós ter uma execução tão baixa ao nível do investimento, mas uma autarquia tão pequena como a nossa, com uma capacidade de tesouraria (fundo de manei) extremamente reduzida, torna-se impossível dar início a investimentos substanciais sem apoio comunitário. Aconteceu-nos, tal como em executivos anteriores, ter que gerir o início de um novo quadro comunitário, com todas as alterações que nele constam, o que inevitavelmente dificultou e provocou atrasos ao nível da execução. Nós tínhamos projetos aprovados,





*Handwritten signature and scribbles in the top right corner.*

concessões feitas, faltando apenas a aprovação do novo quadro comunitário para podermos dar início às obras. Neste momento, já se deu início ao Projeto Grotas II e aguardam aprovação o Parque Empresarial e a Remodelação dos paus e zonas envolventes. Podemos ainda referir que já possuímos um projeto para a remodelação das restantes redes de água da Graciosa. Está também em fase de elaboração o projeto de requalificação da zona entre o Degredo e Santa Catarina, que em breve será levado a debate público.” Terminado a discussão deste ponto da ordem do dia, o Presidente da Câmara determinou que se passasse à sua votação, o que se verificou, tendo-se, então concluído que os documentos aqui em causa foram aprovados, com 3 votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista e 2 votos contra dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata. Os documentos em apreciação acusavam os seguintes valores: em “*Recebimentos*” o total de 4.342.206,11 €, sendo 271.125,34€ saldo da gerência anterior, 3.891.615,06€ de receitas orçamentais e 179.464,71€ de operações de tesouraria; em “*Pagamentos*” o total de 4.342.206,11€, sendo 3.468.880,37€ de despesas orçamentais, 181.726,13€ de operações de tesouraria e 691.599,61€ de saldo para a gerência seguinte, sendo 673.502,33€ de execução orçamental e 18.097,28€ de operações de tesouraria. De acordo com a proposta do Presidente da Câmara no Relatório de Gestão a Câmara deliberou ainda aplicar o resultado líquido do exercício de 2016 no montante de 620.401,86€, nos termos do nº 2.7.3 do POCAL, da seguinte forma: 31.020,09€ para reservas legais e 589.381,77€ para resultados transitados.

5 – **1ª Revisão – AMR e PPI** – Após uma breve explanação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, nos termos do ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, foi aprovada, com 3 votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista e 2 abstenções dos membros do Partido Social Democrata, a 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes e ao Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano. Estes documentos serão remetidos à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação.

6 – **2ª Revisão – Orçamento** – Após uma breve explanação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, nos termos do ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a Câmara aprovou, com 3 votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista e 2 abstenções dos membros do Partido Social Democrata, a 2ª Revisão ao Orçamento para o corrente ano, da qual constam reforços e anulações na receita no valor de 897.667,33€ e de 96.116,00€ respetivamente, e reforços na despesa no valor de 801.551,33€. Este documento será remetido à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação.





**Período de intervenção do público** – O Presidente da Junta de Freguesia agradeceu a presença da Câmara Municipal na Freguesia, perguntou para quando a colocação do ecoponto no Calhau Miúdo que a população tem vindo a reivindicar e que já havia sido solicitado noutra reunião da Câmara Municipal. A Vice-Presidente informou que tinha ficado decidido que a Junta de Freguesia, na altura se tinha comprometido a indicar o local onde deveria ser colocado, já que a população não estava de acordo com os locais indicados, e que o Ecoponto será colocado logo que isso seja feito. O Presidente da Junta de Freguesia disse a população concordou que deve ser colocado junto à paragem de autocarro. De seguida o Presidente da Junta de Freguesia perguntou sobre a contratação de nadadores-salvadores, a Vice-Presidente informou que o Procedimento Concursal está a decorrer, sendo hoje o último dia para apresentação de candidaturas. O Presidente da Junta solicitou que a época balnear fosse iniciada mais cedo e que seja feita a limpeza e manutenção das zonas balneares. A Vice-Presidente informou que a limpeza e manutenção é iniciada em maio, altura em que as marés são mais favoráveis. O Presidente da Junta de Freguesia chamou a atenção para o facto dos Cais, nomeadamente o da Barra e das Fontainhas terem algumas falhas estruturais que deverão ser corrigidas. A Vice-Presidente disse que a manutenção dos cais é da competência do Governo Regional mas que no entanto a Câmara tem assumido algumas despesas com essas reparações. O Presidente da Junta de Freguesia solicitou também que fosse pavimentados alguns acessos a habitações na freguesia. A Vice-Presidente disse que iria estudar o assunto.

Não havendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada após leitura, aprovação e assinatura desta ata.

O Presidente da Câmara,

A Vice-Presidente da Câmara,





# Câmara Municipal

*Handwritten signature*

Os Vereadores,

João Manuel Beltrameiro

[Handwritten signature]

Luís Alberto da Veiga

A Técnica Superior,

Isabel Fátima Correia

